

António Feliciano de Castilho por seus paratextos

Ana Cristina Comandulli

UNIRIO-RGPL

Resumo

A utilização de paratextos como forma de alcançar um grande público, de atrair editores e de apoiar novos escritores possibilita identificar António Feliciano de Castilho (1800-1875) como um intelectual que entendia ser a sociabilidade um caminho necessário para o reconhecimento de um poeta. A importância da leitura desses paratextos para compreender o lugar do escritor na história literária oitocentista. As estratégias utilizadas para ampliar o número de leitores, divulgar novos escritores e aumentar o círculo de apoio mútuo.

Palavras-chave: António Feliciano de Castilho (1800-1875); as sociabilidades no século XIX; paratextualidade; Romantismo; literatura portuguesa oitocentista.

Abstract

The usage of paratexts as a way to reach great masses, attract editors and support new writers gives us the possibility of identifying António Feliciano de Castilho (1800-1875) as an intellectual who understood that sociabilities were a way to the acknowledgement of a poet. The fundamental importance of reading such paratexts of to comprehend this authors' place in 1800s History of Literature. The strategies utilized to amplify the number of readers, promote new writers and expand the circle of mutual support.

Keywords: António Feliciano de Castilho (1800-1875); sociabilities in the 19th century; paratextuality; Romantism; 1800's Portuguese literature.

As fabulas dos grandes poetas a amansarem feras, edificarem cidades, reunirem povos, erguerem templos, crearem leis, costumes, artes e civilização, tudo pelo influxo prestigioso de suas lyras, se não continham historia, encerravam sem duvida prophacia. A idade dos Orpheus não passou; está para vir, e de seculo para seculo se avizinha. Já n'esta antemanhã se está presentindo o que quer que seja do seu clarão, da sua fragancia, e do seu calor. É um dia que ha de vir crescendo harmonioso e doirado sobre as pedras dos nossos tumulos, fazendo depois florir os cyprestes de nossos filhos, e fructificar, e cada vez mais, os dos nossos netos. (CASTILHO, 1863, p. VII)

Teófilo Braga, no capítulo dedicado exclusivamente a António Feliciano de Castilho, de seu livro *A Historia do Romantismo em Portugal*, publicado em 1880, desqualifica o poeta da *Primavera* ao ponto de afirmar que “todos os defeitos dos ultimos escriptores acham-se n’elle” (BRAGA, 1880, p. 474), decretando, inclusive que “O juizo ácerca do seu merito se resume em uma palavra, que se conservará como a fórmula definitiva de sua individualidade litteraria: – era um *árcade phostumo*” (BRAGA, 1880, p. 491).

Ainda no capítulo dedicado a Castilho, Teófilo Braga afirma que a ideia do grupo do “*Elogio Mutuo*” é um atentado “contra a pátria, contra a ordem política, e até contra a moral” (BRAGA, 1880, p. 494). A expressão destacada em itálico por Teófilo Braga é uma referência clara à carta enviada por Antero de Quental a António Feliciano de Castilho, intitulada *Bom senso e bom gosto*, de 1865, na qual critica, veementemente, o apoio que Castilho dava a certos poetas, afirmando que os grandes homens não sairiam, dentre outros, das arcádias ou “dos corrilhos do elogio mutuo” (BRAGA, 1880, p. 10).

Por sua vez, a carta de Antero foi uma resposta ao posfácio feito por Castilho aos editores do *Poema da mocidade*, de Pinheiro Chagas, onde o autor do *Outono* teria feito críticas à poesia ininteligível, ao aparato filosófico e aos novos modelos literários do grupo de poetas e escritores de Coimbra.

Os paratextos e epitextos foram as formas mais utilizadas por António Feliciano de Castilho para alcançar o grande público, e não foi diferente com o documento, mote desencadeador da polémica da Questão Coimbrã. Entretanto, a mesma carta aos editores, posfácio do *Poema da mocidade*, trata claramente da intenção de Castilho em demonstrar a grandeza de Pinheiro Chagas para ocupar o cargo de professor da Faculdade de Letras. Após discorrer sobre a importância dos editores, sobretudo aquele ao qual se dirigia na publicação de bons novos poetas, de boas traduções, incentivando com isto um mercado livreiro de grande alcance, abarcando além de Portugal, Espanha e Brasil, principalmente, Castilho começa então a escrever sobre a dificuldade pela qual passa a cadeira de literatura moderna no Curso Superior de Letras criado por d. Pedro V.

O perfil para um novo professor de literatura moderna, segundo Castilho, teria que ser de alguém eclético, “uma espécie de abelha lucreciana” (CASTILHO, 1865, p. 206), e para isto deveria ser feito um concurso, como o previa a lei. Não havia impedimentos para que um professor, com aptidão já comprovada, assumisse o cargo interinamente. Nesse caso, ninguém seria para Castilho mais apto do que Pinheiro Chagas. Mas parece que, nem como interino nem como concursado, foi Pinheiro Chagas alçado ao cargo pretendido por Castilho. Em carta dirigida ao Barão do Bom Retiro, no Brasil, datada de 11 de junho de 1872, o autor da *Primavera* revela que só

tem notícias antiliterárias, pois, após um concurso rigoroso para a cadeira de literatura moderna, Teófilo Braga teria ficado em primeiro lugar e Pinheiro Chagas em segundo:

Concorreram para esta decisão inigual e torpemente estúpida, influencias de protecções secretas, ameaças aos julgadores e agressão a uma platea de rapazes, alumnos da Polythecnica e outras escolas conjuradas sob o titulo de Federação Academica e inimigos jurados, professos e empavidos de todos os principios religiosos, moraes, sociaes e artisticos mais assentes no consenso de genero humano. Para este pandemonium é um semideus o Theophilo, materialista declarado, partidario da communa em todos os artigos de seu credo, negador acintozo de tudo quanto são glorias do passado, presumpçoso e vaidoso como Lucifer, mas que a poder de se apregoar a si mesmo de grande homem e pela calculada velhacaria de escrever sempre de modo oracular e inintelligivel, de inventar historia e de falsificar critica, tem conseguido entre os idiotas uma celebridade ja hoje incontestavel e não sei se destructivel.¹

Ao que parece foi também um grupo de elogio mútuo, segundo António Feliciano de Castilho, que fez de Teófilo Braga o professor do Curso Superior de Letras. E uma possível confirmação dessa ideia de Castilho pode ser lida no capítulo sobre Castilho d’*A Historia do Romantismo em Portugal*, de Teófilo Braga, quando este afirma que o romance, a poesia e a crítica literária estão renovados em função da geração de “novos obreiros d’esta nova orientação” (BRAGA, 1880, p. 515). Conclui ainda Braga da seguinte forma: “Enfim a unanimidade produzida pela base scientifica disciplinada pelo criterio philosophico revela-se esplendidamente em um facto que hade ser na historia da nacionalidade portugueza o marco de uma éra nova – o Centenario de Camões, em 1880” (BRAGA, 1880, p. 515).

Os responsáveis pelo apagamento de António Feliciano de Castilho também tiveram um grupo que os apoiou. A história comprova que as sociabilidades mudaram de nomenclatura ao longo dos anos – arcádias, academias, sociedades, grupos –, sempre com o mesmo objetivo, o de firmarem-se em um determinado contexto. António Feliciano de Castilho utiliza as sociabilidades como estratégia de promoção cultural, e faz dos paratextos, tipo textual tão utilizado por ele, a continuidade ou ênfase desse trabalho, razão pela qual a Geração de 70 o critica e ataca como organizador de uma sociedade do elogio mútuo.

Os paratextos, como prefácios, frontispícios, posfácios, etc., segundo Gérard Genette, estão situados em uma zona de transição e de transação de um livro, e foi essa

¹ BR/Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, s. n.

perspectiva do estudioso francês que nos colocou diante de um problema a ser enfrentado. Ao lermos a paratextualidade tão presente na obra de Castilho, compreendemos que ele foi um intelectual atento ao seu tempo, mais do que as simples leituras de seus poemas podem fazer crer. Os paratextos castilhianos dão o diapasão de uma época, ajudam a reconstruir fatos, e a remontar o *puzzle* de um autor que insistentemente historiadores que escreveram (e ainda escrevem) a história da Literatura Portuguesa desejam relegar ao esquecimento.

Do mesmo modo, a paratextualidade abrange uma gama de elementos, como já dissemos, que formam o entorno de uma obra. O conjunto de prólogos, prefácios, posfácios, dedicatórias, assim como todos os demais paratextos partem da definição de Aristóteles, em sua *Arte Retórica*, de que “o exórdio é o começo do discurso; o que lhe corresponde em poesia, é o prólogo; na aulética, o prelúdio. São outros tantos começos que, por assim dizer, abrem caminho ao que vai acontecer” (ARISTÓTELES, s/d, p. 248). Portanto, a abertura desses caminhos influi no entendimento de uma obra, e que, se lidos com critérios, podem dar rumo ou novo rumo, positivo ou negativo, ao que o autor gostaria de transmitir ao seu público.

A vida e obra de António Feliciano de Castilho se entrelaçam com a história de Portugal e fazem parte da fundação do movimento romântico daquele país. Acontece que as histórias literárias são uma narrativa crítica cheia de lugares-comuns, e um deles é repetir que António Feliciano de Castilho é um escritor imitador, falho de originalidade, um “árcade póstumo”, protagonista e mentor de uma literatura (poesia) ultrarromântica, excessivamente sentimental e com uma retórica esgotada.

Em Portugal, as mudanças sociais, políticas e, sobretudo, literárias não se deram da mesma forma e nem na mesma velocidade do que nos demais países da Europa. As sucessivas revoluções portuguesas não resolveram os problemas da massa camponesa, nem em relação à agricultura, nem tampouco à carência de um sistema efetivo de alfabetização. Os intelectuais oitocentistas compreendiam a importância de ampliar seu discurso para além das fronteiras de seu país, acrescentando conteúdo à forma, na busca da transformação social.

A primeira metade do século XIX assiste a grandes e violentas mudanças, iniciadas com as invasões francesas, resultado das guerras peninsulares, avançando para a Revolução Liberal, conhecida como período do Vintismo. Em 1822, foi aprovada a

Constituição, expressando os princípios claros do liberalismo, como a igualdade perante a lei, a justiça fiscal, independentemente de classe social. Contudo, estes raios de liberdade em Portugal duraram pouco tempo, pois, em maio em 1823, uma reação absolutista na Espanha reconduziu ao poder o rei Fernando VII. Este fato repercutiu em Portugal, onde o sentimento de desilusão pela perda do Brasil, independente desde 1822, e o desejo de poder da rainha d. Carlota Joaquina e de seu filho d. Miguel encorajam e incitam a insurreição absolutista de 1823, conhecida como Vila-francada. Em junho daquele mesmo ano, d. João VI toma a frente da revolta, não permitindo que a rainha e seu filho chegassem ao poder.

Um ano mais tarde, em abril de 1824, uma nova revolta absolutista quer a abdicação de d. João VI e a condução de d. Miguel ao trono. Desbaratada a rebelião, a rainha é internada no Palácio de Queluz, e seu filho é exilado pelo pai em Viena. A crise sucessória de 1826, provocada pela morte de d. João VI, dá ao país novo contorno político. D. Pedro abdica do trono português em nome da filha d. Maria da Glória, mantendo a regência de sua irmã, d. Isabel Maria, passada desde 10 de março de 1826. Em razão da doença de seu pai, d. Pedro IV, título que assume em Portugal, outorga a Carta Constitucional, mais moderada, mantendo uma câmara de pares do reino e com o poder emanando do monarca e não do povo.

Como pelas leis elaboradas pelas Cortes de 1641 e pela constituição brasileira um soberano não poderia assumir duas coroas, d. Miguel assume o trono português, dissolve as cortes vintistas liberais e convoca as Cortes segundo as regras de 1641, sendo aclamado rei com o título de d. Miguel I, em 1828. Dois partidos são firmados: o liberal, apoiando a restauração da carta, e o absolutista, fiel a d. Miguel. Apenas em 1832 d. Pedro IV, comandando o exército liberal, invade Portugal e começa uma guerra civil que se prolonga até 1834. Em maio desse ano há a capitulação absolutista em Évora-Monte, com a rendição e exílio de d. Miguel. A partir da vitória liberal, a divisão do grupo vencedor se exacerba, já agora dentro do próprio país, nos corredores e antessalas do poder.

Ao mesmo tempo que transcorriam as guerras civis, o público leitor ia se alargando, provocando a conseqüente transformação dos impressos, desde a produção até a distribuição. As lutas para melhoria da qualidade de ensino ampliam-se, e o espírito liberal toma conta dos intelectuais, fazendo com que cada vez mais sejam

indissociáveis a política e a cultura. O incremento tecnológico com novas máquinas e o desenvolvimento da tipografia provocaram uma avalanche de novos empreendedores e investidores, como as livrarias e editoras que até então dominavam Itália e França e passam também a concorrer em Portugal. Castilho, que a tudo assistiu, conjugou este tempo como “presente avesso do pretérito” (CASTILHO, 1837, p. 16) por ver com desconfiança os movimentos de progresso. Mas a história tem demonstrado fartamente que nem sempre aqueles que interpõem algumas críticas à marcha da civilização representam necessariamente o atraso.

A visão castilhiana aponta para o liame indissociável entre o estado literário e o estado social, por serem esses dois domínios como alma e corpo. Logo, se não há mudança na literatura muito pouco adiantará a reforma social.

Quantos livros, e quantos bons livros, que nós outros nem conhecemos nem já valem a sopesar, saíam dos nossos prelos, nos tempos em que a proibição, e a mansidão, e a concordia tinham seu preço. Um só reinado, e ainda bem chegado a nós, e de rei que por bom se não cita, com tanta copia de literarios monumentos nos deixou avergadas as bibliothecas, que dez centos de annos como o presente não produzirão a decima parte. São os nossos typografos de hoje, se com aquelles os comparamos, como os nossos cutileiros de punhaes, comparados com os bons armeiros que forjavão espadas como as de nossos heroes de boa data, que só com sua pezada presença nos maravilhão, a nós, que por nossa verbosa sabedoria, acabaremos de desbaratar tantas e tão longes terras, como nos ellas ganharão esgremindo-se. (CASTILHO, 1837, p. 17)

O autor das palavras citadas não ignora o progresso, mas também não esquece os aspectos positivos que o passado criou. A procura da perfeição deve ser o norte de um indivíduo, e o desenvolvimento do mundo em que ele está contido deve ter bases sólidas de moral, unindo sempre cabeça e coração. A missão do poeta era, para Castilho, manter a ligação entre o passado e o presente, para legar ao futuro o que de boa produção houvesse, pois a poesia não era mais algo lúdico, tinha passado a ser um ofício, uma profissão. A liberdade deveria ser intrínseca à igualdade. Vemos em suas frases “Oh Liberdade, Liberdade! Quão mal te compreendem os que te separão do bello! Quão mal te servem os que te malquistão com os homens de bem” (CASTILHO, 1837, p. 22), que o autor da *Primavera* é nitidamente um homem inserido na visão romântica do *Weltanschauung*, que se configura na transição entre o *Ancien Régime* e o liberalismo, quando as aspirações de liberdade apoiavam o desenvolvimento industrial.

A preocupação com a instrução é uma verdade da qual ele não abre mão, basta lembrar seu *Método de ensino mútuo*. Depois que o projeto vintista aprovou a fundação de uma grande empresa que se ocuparia da publicação não apenas dos grandes autores estrangeiros, mas também dos clássicos portugueses, Castilho apresentou ao governo proposta integrada para Instrução Pública, a qual ensejaria, inclusive, o desenvolvimento cultural. Vejamos suas palavras, escritas na nota de rodapé da edição de 1836 da *Noite do Castello*:

A criação de um Conselho Supremo de instrução publica, a de um Instituto de sciencias phisicas e mathematicas, de Escolas primarias, a de um Conservatorio musico, são, (não serei eu quem o negue) utilissimas. Mas que providencias se hão dado para virmos a ter o tão necessário, e já hoje, tão possível, Diccionario de nossa lingua? Que se tem feito para virmos possuir uma colecção decente e regular dos nossos Classicos, e a tradução dos estranhos? Que auxilios se tem imaginado, para tornar possiveis as impressões de obras boas, cujos auctores foram indigentes? Que Sociedades propriamente litterarias se tem promovido? Que impulso recebeo ainda o nosso Theatro, para sair do lodo, em que apodrece? A este proposito publique-se, ao menos para desafogo, que desde 9 de Junho de 1834 o Governo possui um Projecto, que lhe eu presentei, pelo qual, sem despeza alguma para o thesouro, elle nos poderia grangear um Theatro excellente, edificio, dramas e actores; e ainda até hoje, não achou uma hora de boa vontade, ou para o mandar executar, ou para o mandar a informar a alguma comissão de peritos na materia, que o terião aperfeiçoado. Veremos se em fim o Conselho Supremo de Instrução Publica se encarregará de promover cousa tão essencialmente ligada com a mesma instrucção; ou se a Camara Municipal, a quem nada esquece, toma a si este cuidado; ou se o Ministerio novo emenda espontaneamente descuido tão vergonhoso. 28 de novembro de 1835. (CASTILHO, 1836a, p. XII-XIV)

Chama atenção na paratextualidade da obra de António Feliciano de Castilho a preocupação com o mercado das letras, a profissão de ser poeta, o público, a crítica, o comércio, a circulação de livros e a presença da mulher na sociedade oitocentista. Desde o início de sua vida como escritor, Castilho aponta a arte de viver da pena em uma sociedade cuja crítica dura, e nem sempre fiel ou verdadeira, aliava-se à inoperância da lei de propriedade literária, cedendo cada vez mais espaço à contrafação.

O escritor conhecia bem as pessoas que o cercavam, tanto que, inspirado, escreveu o pequeno livro de poemas *A Primavera*, onde no final do último parágrafo das “duas palavras de introdução” anuncia que sofreria uma dura crítica da censura pelos “analísadores frios” (CASTILHO, 1822, p. 9) que condenariam sua obra só pelo título. E qual seria a forma de contornar essa censura? Mas seria só a censura a ser contornada, e o mercado livreiro, e a divulgação de novos poetas assim como ele próprio?

As assembleias e as paratextualidades foram os dois caminhos escolhidos por António Feliciano de Castilho para a construção de sua trajetória como homem de letras. Artíficos esses já sobejamente utilizados nos séculos anteriores, recursos esses sem aparente novidade. As assembleias, por exemplo, organizadas em outeiros, já existiam desde o século anterior, demonstrando preocupação com a ampliação do público. Estas articulações são embriões do processo de organização do mercado literário da produção impressa.

O leitor, objetivo final de toda produção, tem sua história transformada no século XVIII, época em que as obras escritas deixavam de ser tarefas artesanais para se tornarem, segundo Marisa Lajolo, “atividade empresarial, executada em moldes capitalistas, dirigidas para o lucro e dependente de uma tecnologia que custava cada vez menos e rendia cada vez mais” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 14). Obviamente esta atividade só pôde se realizar, continua Marisa Lajolo, “quando o negócio de livros passou a contar com clientela capaz de consumir o produto” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.14). Desde a Revolução Francesa, em 1789, passando necessariamente pela Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, até sua total expansão pelo mundo no século XIX, tiveram como meta afastar o “Estado das operações econômicas, facilitando o comércio independente e o liberalismo financeiro, para envolvê-lo nos projetos sociais, predominantemente os relacionados à saúde e à educação” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 14 e 15).

A leitura mais detida de António Feliciano de Castilho, através dos escritos paratextuais e de sua participação nos diversos tipos de assembleias, demonstra o seu envolvimento na sociedade e cultura literária portuguesa do seu tempo. Castilho foi um grande incentivador da presença feminina na literatura, no direito ao voto, assim como na composição de organismos educacionais e literários. Foi um homem que, em muitos momentos, pensou com atenção o seu tempo e intuiu o que estava por vir, ao entender que um grupo unido em torno de questões similares poderia alcançar muito mais que o indivíduo isolado. Não havia dificuldade física ou financeira que não pudesse ser superada pelo poeta dos “Cantos de Abril”. Castilho instaurou a prática do “sarau literário-cultural” para compensar as dificuldades da difusão da poesia, em um mercado onde a procura pela literatura, além de limitada, concorria com o romance e o teatro, em ascensão no oitocentos.

António Feliciano de Castilho absorveu os conceitos do século XVIII, das assembleias, salões, academias. Conheceu de perto a Sociedade criada, em Coimbra, por intermédio de seu pai, e também os salões da Marquesa de Alorna e da Francisca Possolo da Costa. Essas figuras emblemáticas, Alorna e Possolo da Costa foram importantíssimas para o amadurecimento de Castilho, tendo por esta última um grau de amizade maior do que pela primeira, segundo o que nos foi possível comprovar através da epistolografia que manteve com ambas. A convivência com essas duas mulheres foi de grande importância para que ele pudesse compreender a escrita feminina. Fato que ele utilizará mais tarde ao reconhecer a qualidade de escritoras como Maria Peregrina de Sousa, Maria Amália Vaz de Carvalho, entre outras, para as quais fará então o papel de impulsionador cultural.

Castilho entendeu que a participação feminina nas sociabilidades devia ser incentivada, que a união familiar tem o poder de ampliar a rede de contatos pessoais, e que, assim como aconteceu nas academias vigentes até o século XVIII, a utilização de nomes pastoris deixaria os sócios em igual condição social. É o que veremos no projeto e no estatuto escrito e apresentado por Castilho, em 1821, de uma academia intitulada Arcádia Constitucional de Lisboa. O acadêmico Idalino Ferreira da Costa Brochado, em comunicação feita em Assembleia Geral Ordinária, de 28 de março de 1958, na Academia Portuguesa de História, apresenta este material castilhiano:

Na verdade, passaram, há pouco, sob os meus olhos, dois documentos autógrafos, que julgo inéditos e desconhecidos, pelos quais ficamos sabendo ter Castilho tentado fundar uma Academia no ano de 1821, iniciativa esta que, até agora, não vi referida em parte alguma. (BROCHADO, 1960, p. 11)

O conceito de sociabilidade formado por António Feliciano de Castilho é de uma instituição que respeite os antepassados, abra espaço para todos os que tiverem interesse na literatura, sem discriminação de sexo e classe, cabendo prioritariamente o gosto e o gênio das letras. Priorizando o cuidado e a vigilância perene pelo estudo nacional, priorizando sempre aqueles feitos pelos próprios portugueses.

Castilho tem, a nosso ver, um projeto literário com engrenagens que se encaixam com perfeição. Aproveita as boas ligações familiares na construção das suas sociedades, e com os donos de salões que frequenta mantém a amizade. Com isso, pode

fazer circular o seu material poético, assim como os de outros amigos ou achegados, formando uma grande rede social e cultural.

Os paratextos são as outras peças da engrenagem do projeto literário de Castilho. Com isto queremos dizer que os prefácios de Castilho possuem particularidades que não encontramos nas teorias que estudamos. O prefácio, o posfácio, as notas e as advertências, para o autor de que nos ocupamos, foram espaços de discussões literárias, de elogio e de valorização do mérito e do gênio.

Os paratextos, no caso de Castilho, são autônomos, e nem sempre giram em torno do corpo textual, possuem endereçamento, que quase sempre é o público, como o caso que veremos em o *Outono* (1863), publicado já no fim de sua vida, ou mesmo as *Escavações Poéticas* (1844 e 1846). Por vezes são os críticos o alvo, como no caso do *Metodo Castilho*. O que queremos dizer é que há uma grande liberdade na composição e na colocação dos prefácios e posfácios e notas na estrutura dos seus livros. O mais importante nesse conjunto de possibilidades é atingir o leitor, o editor, o crítico, a permanência do discurso literário na história.

O material promocional era feito pelo próprio Castilho para divulgar sua obra ou seu trabalho. Fazia ele mesmo os programas distribuídos junto aos amigos, ou ainda publicava em periódicos. Entretanto, vamos perceber que esse autor supera na prática de seus paratextos o que diz a teoria do estudioso francês, quando encontramos, por exemplo, dentro do segundo volume de *Cartas de Echo e Narciso* (1825), cartas de leitoras dirigidas ao autor e suas respectivas respostas. Ainda que sejam ficcionais, estas cartas têm valor de crítica, logo fazem parte de um epitexto incluído em um livro, uma extrapolação da noção de paratexto de Genette.

As dedicatórias utilizadas por Castilho buscam o patrocínio, não há pejo nesse tipo de utilização; ao contrário, o poeta incentiva esse paratexto inclusive a outros poetas. As dedicatórias vão além do mecenato, elas são parte de uma rede social, assim como os demais paratextos do projeto literário castilhiano.

No modelo adotado pelo autor d'A *Primavera*, as dedicatórias podem ser escritas em prosa ou verso, em uma linha ou em páginas, pode ser apenas uma como várias no mesmo livro, sem sequer ter um lugar específico, podendo ser encontrada na primeira folha ou no meio da obra. A falta de “uniformização” é outra marca desse uso paratextual. O mais importante é atingir o objetivo, seja este o pagamento em espécie, o

reconhecimento ou a multiplicação de admiradores. Castilho acredita que sempre pode ser útil uma dedicatória. Isto ele ensinará aos poetas que com ele conviveram diretamente e aos que com ele se corresponderam.

A concluir podemos dizer que Castilho foi um homem que utilizou sobejamente a paratextualidade, de forma a alcançar objetivos de reconhecimento, e retorno, muitas vezes financeiros. De certa forma, esse escritor defendeu que o artista não é um ser fora do mundo, dominado pelas musas, mas um trabalhador, um profissional que precisa obter com seu esforço de produção um retorno econômico e social justo. Compreendeu bem cedo e fortemente o valor da sociabilidade, em termos de produção artística, em seus salões, assim como em sociedades que fundou, abriu espaço para todos que se interessassem pelas artes, mas principalmente cedeu espaço às vozes femininas.

Referências

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e poética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s. d.
- BRAGA, Teófilo. *Historia do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880.
- BROCHADO, I. da Costa. Projecto de Castilho para fundação, em 1821, de uma academia intitulada “Arcádia Constitucional de Lisboa”. In: *Separata dos Anais da Academia portuguesa de História*, II série, vol. 9. Lisboa, 1960.
- CASTILHO, *A primavera*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1822.
- _____. *A confissão de Amélia e a noite do castelo e os ciúmes do bardo*. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1836a.
- _____. *Cartas de Echo e Narciso*. 3. ed. Coimbra: Imprensa Nacional, 1836b.
- _____. *A primavera*. 2. ed. Lisboa: A. I. S. de Bulhões, 1837.
- _____. *O Outono*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863.
- _____. Comentário. In: *Poemas da mocidade de Pinheiro Chagas*. Lisboa: A. M. Moreira, 1865.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

Minicurrículo

Ana Cristina Comandulli é doutora em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) na Universidade Federal Fluminense (UFF), com ênfase no escritor António Feliciano de Castilho e sua presença nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidade e difusão da escrita feminina. Atualmente participa do Projeto “Senhoras do Almanaque” – Grupo de investigação 6 do Centro de Literaturas e Cultura Lusófonas e Europeias (Clepul), Real Gabinete Português de Leitura.